

1.

Introdução

Onde é que estamos? Que Igreja queremos ser? Qual o tipo de Igreja do futuro – e o futuro da Igreja – pretendemos ter? Essas indagações visam à situação histórica, social e política da Igreja Cristã em geral, e Católica romana em particular, no seu mundo ambiente, a partir da qual e para a qual ela deve tomar as suas decisões.

A atitude conciliar de definir a Igreja como *Povo de Deus* – como forma de resgatar a identidade original (a originalidade) da Igreja, de recuperar o crédito crístico dos não-ordenados colocando-os na justa igualdade de posição na Igreja ao lado dos ordenados como referência única da Ecclesia, na totalidade dos fiéis – foi considerada como ‘virada copernicana’ por muitos teólogos cristãos de diversas denominações teológicas e tradições históricas, de diversas crenças religiosas não-cristãs, e os críticos de diferenças camadas sociais do mundo inteiro. E foi, de fato, um grande evento para toda a humanidade.

Mesmo por que, a Igreja mostrou ao mundo que também é capaz de sensibilidade e, por isso, está sempre atento aos problemas reais da humanidade, de modo especial os que roem por dentro a vida dos filhos e filhas de Deus. Essa é a marca de sua grandeza como sinal crístico de Cristo: por amor e fidelidade, ela quer deixar tudo de lado às preocupações com suas identidades doutrinárias e dogmáticas e passa a se preocupar com a vida humana injustiçada, oprimida, explorada, manipulada e subjugada tanto por parte da inconveniência política do Estado quanto por parte da incoerência espiritual e religiosa da própria Igreja e das religiões em geral, pois acredita que a humanidade, enquanto ‘imagem e semelhança do Criador’, é o Bem maior, a herança por excelência de Deus no mundo.

Dizer que a Igreja é Povo de Deus em comunhão com os demais povos, é demonstrar a boa intenção da Igreja que se dispôs a descer do seu púlpito magistral e se inserir no mundo em um espírito de humildade, seguindo, assim, os passos do Mestre, como eterna aprendiz, feito fermento da massa, sal da terra e luz do mundo; é demonstrar que a Igreja de Cristo se encarna, de fato, e toma a forma na vida, e da vida real do Povo.

Esse Povo de Deus é apenas o começo do pequeno *rebanho abraâmico*, mas este pequeno pode ser, na realidade, muitos tanto no sentido

quantitativo quanto qualitativo da vida de fé, que por isso luta todo o dia, em silêncio, pelo seu direito crístico, pelo reconhecimento e valorização do seu crédito batismal, pelo resgate e preservação de sua natureza sacerdotal, real e profética, pela liberdade de exercício de sua vida apostólica e ministerial como filhos e filhas redimidos e chamados por Deus, e que se prontificam e se entregam incondicionalmente por amor em cada momento, em prol do “serviço do Reino da fraternidade universal conforme o mandato de Deus Pai-maternal e Mãe-paternal e filial”¹.

A realidade que estamos vivendo é marcada por graves situações de desigualdades sociais, explorações, exclusões e formas diversas de violências físicas e psicológicas. Nós todos somos partícipes (verdadeiros artistas, atores e *re-atores* da vida) de um Planeta marcado pelo individualismo e, ao mesmo tempo, pelo fenômeno de globalização. Essa “globalização que faz emergir, em nosso meio, os novos rostos de pobres”².

No contexto do convívio relacional, pessoal e interpessoal, há uma crise de sentido de vida. Nas tomadas de suas decisões, as pessoas não raras vezes, estão deixando de lado os parâmetros, as referências e os critérios éticos tradicionais que normalmente usavam para julgar suas práticas. O indivíduo, hoje em dia, compõe sua própria unidade de valor, conforme com os seus interesses e vive, muitas vezes, no anonimato sem, ou melhor, com poucas esperanças, sentindo, assim, sua identidade cada vez mais fragmentada.

A partir de análises sociológicas denota-se que todas as instituições: familiares, políticas tanto quanto religiosas, estão com descréditos, isto é, em crise de identidade. É uma crise que atinge todos os setores de vida social. Neste panorama atual em que estamos experienciando, percebe-se duas realidades em contraste; há, de um lado, a “irrupção do religioso: cresce a preocupação com o sentido e o cultivo da sensibilidade, também há em ascensão a evidência da espiritualidade”³. Mas por outro, aparece neste mesmo instante, os sinais de ‘fragmentação da experiência religiosa no seio das religiões institucionais’⁴, ocasionando no indivíduo uma perda ou crise de identidade.

¹ Cf. Mc 16,15; Mt 28, 19; Lc 24,45-48.

² DA, 402.

³ BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja: perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio*. São Paulo, Paulus, 2007, p. 6.

⁴ Cf. ELETA, Paola. O encanto do mágico: a magia como fator de reencantamento e fragmentação da religião na América do Sul. In: CIPRIANI, Roberto; ELETA, Paola; NEDI,

Perante este novo quadro sociopolítico, econômico e cultural/religioso atual a Igreja também passa por mudanças profundas, tanto em nível pessoal e comunitário quanto social; experimenta, igualmente, uma profunda crise de identidade e é desafiada, ao mesmo tempo, a dar novas respostas aos novos desafios. Em resumo, a crise do atual projeto de civilização globalizada obriga todas as instituições: familiar, políticas e religiosas e, conseqüentemente, a Igreja cristã em geral e Católica romana em particular, a se “re-situarem no novo contexto”⁵.

Compreendendo que a religião, sedimentada sobre seus princípios originais e verdadeiros, pode oferecer bases concretas a uma cultura de solidariedade e a uma espiritualidade transformadora que integrem o ser humano, julga-se que é de fundamental importância e de interesse comum buscar a visão eclesiológica oferecida pelo evento pneumatológico que foi o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Isto é, a visão de uma eclesiologia que manifeste a Igreja como “Povo messiânico de Deus que tem por condição a dignidade e a liberdade dos filhos e filhas do mesmo Pai celeste [...]. Constituído por Cristo para a Comunhão de vida, [...] enviado ao mundo inteiro como fermento da massa, sal da terra e luz do mundo”⁶. Seus efeitos surtirão de forma incisiva na sociedade fomentando, por exemplo, a ‘Comunhão econômica’⁷ e conseqüentemente ela se tornará mais justa e mais humana. Mas para isso, ela deve aprender a ser mais justa e mais humana na sua própria convivência interna, pois “tudo o que se faz por fora é uma impressão daquilo que é, e aquilo que tem por dentro” (Cf. Lc 6, 43-44; Mt 12,33).

A Igreja é, à primeira vista, uma manifestação histórico-cultural. Se apresenta ao mundo como uma realidade que atravessa os séculos. Contudo, é uma realidade complexa e transcendental aos sentidos. Compreende que sua realidade manifesta-se em duas perspectivas: histórica e escatológica; ao mesmo tempo em que ela é uma unidade comunal estruturada e visível, é também portadora do mistério, logo, sinal de esperança futura.

Arnaldo (Orgs.). *Identidade e mudança na religiosidade latino-americana*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 119.

⁵ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas*. São Paulo, Paulinas, 2004, p.5.

⁶ Cf. Mc 8, 15; Mt 5, 13-16; LG, 9.

⁷ Cf. LUBICH, Chiara. *Economia de comunhão*. Segundo autora, a ‘economia de comunhão’ se baseia na ‘cultura do dar’ e nasce de uma espiritualidade de comunhão, aplicada na vida civil; conjuga eficiência e solidariedade; considera que os pobres são um valor precioso – a ser resgatado – e não como um problema. O material está disponível em: <http://www.edconline.org/br/_idea.htm>. Acessado em: 21/06/2009.

A presente dissertação tem como objetivo de pesquisa o estudo sobre a Igreja do Espírito de Deus que nasce no coração do povo: a relevância e o desafio do *sensus fidei* no documento conciliar Vaticano II. Procuramos, além disso, analisar esse elemento constitutivo da vida da Igreja Povo de Deus a partir das principais fontes teológicas: Sagrada Escritura, Tradição e Magistério eclesial. Tem como marco referencial deste trabalho o Vaticano II, de modo especial, a Constituição Dogmática sobre a Igreja, a *Lumen Gentium*, a qual se torna como que o eixo transversal deste ensaio, uma vez que, a eclesiologia – atual – tem como ponto de partida, no Vaticano II⁸.

Procuraremos seguir, neste trabalho, os seguintes passos (e em cada passo seguido de uma breve conclusão):

O primeiro capítulo, a eclesiologia do Vaticano II. Nesta primeira etapa buscaremos estudar sobre a estrutura da Igreja conciliar, proposta nos três primeiros capítulos da *Lumen Gentium*: a dimensão mistérica, a dimensão histórico-social e a dimensão institucional e hierárquica da Igreja. Além disto, procuramos refletir, de modo breve, sobre a evolução da expressão *Povo* – de Deus nas suas origens, bíblicas e extra-bíblicas, até na véspera do Concílio; sobre a participação dos não-ordenados na Igreja-Povo, inclusive seu crédito batismal como elemento constitutivo da comunidade de fé do discipulado na ótica do *sensus fidei*. Também sobre as propriedades da Igreja como Povo de Deus e, por fim, sobre a reinterpretação eclesiológica pós-conciliar. Neste último item, procuramos analisar de modo crítico o tema eclesiológico do Sínodo extraordinário de 1985 sobre a Igreja como comunhão. Nesta análise, seguiremos a observação crítica de José Comblim, um dos teólogos críticos que mais aprofundou sobre a questão. Nesta análise crítica sobre o tema sinodal de *comunhão* confrontando com o tema conciliar do *Povo de Deus*, o autor vai mostrar o alcance e o limite dos dois temas propostos. Este assunto é contido no capítulo quarto da obra *o Povo de Deus*, editada pela Paulus; o título do capítulo: ‘a virada do Sínodo de 1985’.

Segundo capítulo, o *sensus fidei* – uma ponte entre academia e hierarquia. Busca esclarecer os conceitos ou expressões aparentemente intercambiáveis, contudo, trata-se de conteúdos mais diversos. Tais expressões como: *sensus fidei*, *sensus fidelium* e *consensus fidelium* ou *consensus fidei*. Em seguida, trata sobre a estrutura antropológica (traços peculiares da personalidade única e irrepetível) do crente com intuito de

⁸ Cf. PIÉ-NINOT, Salvador. *Eclesiología. La sacramentalidad de la comunidad cristiana*. Salamanca: Sígueme, 2007, p. 27.

mostrar que cada sujeito é único na sua singularidade e, ao mesmo tempo, complexo na sua personalidade. E dentro dessa unicidade complexa do indivíduo que Deus se comunica com a humanidade. Logo após, refletimos sobre o fundamento teológico do *sensus fidei* através da pesquisa nas fontes: Bíblia, Tradição e Magistério. Terminamos desta parte, estudando a importância do *sensus fidei* na vida da Igreja Povo de Deus e, por fim, seu papel no convívio global da Igreja em um mundo em *fuga* acelerada.

O último capítulo, trata da Igreja Povo de Deus no mundo em constante mudança. Nesta última etapa, busca analisar criticamente os desafios atuais, interno e externo, à luz do Evangelho. Em seguida, refletir sobre a colegialidade da e na Igreja Povo de Deus; o papel da sinodalidade na vida da Igreja; e, por fim, refletir sobre as novas formas (novo jeito) de ser Igreja no mundo em contínua transformação.

Não pretendemos defender, neste trabalho, o pensamento de um determinado autor. Isto não porque não queremos, mas pelo fato de não conseguirmos encontrar um autor que trata especificamente sobre o assunto em questão. Para poder nos ajudar nesta dissertação, procuraremos dialogar com diversos autores que tinham feitos pequenas reflexões sobre o tema proposto, e de modo esporádicos espalhados em diversas obras.